

JE

Jornal dos Economistas

Nº 325 Agosto de 2016

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

Olimpíada do Rio

Rogério Valle, Carlos Vainer,
Nelma Gusmão de Oliveira, Luiz Martins
de Melo, Alfredo Sirkis e Fórum Popular
do Orçamento debatem o impacto
econômico e legado dos Jogos para o Rio



Olimpíada do Rio

O tema da edição de agosto não poderia ser outro que uma avaliação do ponto de vista econômico, mas também social, urbanístico e histórico, do principal evento esportivo mundial na nossa cidade.

Rogerio Valle, da Coppe, citando os projetos concluídos de mobilidade e renovação urbana e ganhos em Turismo, acessibilidade e padrões em construções, compras e transparência nos gastos públicos, afirma que não há como negar que a Olimpíada deixará um legado para a cidade.

Carlos Vainer, do Ippur/UFRJ, critica a construção estratégica do Rio olímpico nos 24 anos da Era Maia (administrações de Cesar Maia e seus afiliados políticos Conde e Eduardo Paes), cujo legado é uma cidade autoritária, brutal, a serviço dos negócios e mais desigual.

Nelma Gusmão de Oliveira, da Uesb, detalha os orçamentos dos Jogos e contesta a afirmação da Prefeitura de que o evento terá 57% de financiamento privado – retórica que converte em ganho o que de fato é custo, legitima custos sociais injustificáveis e retira da esfera política a discussão da prioridade dos investimentos com recursos públicos.

Luiz Martins de Melo, do IE/UFRJ, prevê que o legado dos Jogos será o mesmo do Pan-Americano de 2007 e da Copa de 2014: um evento bem-sucedido esportivamente, mas pobre em termos de política pública esportiva e urbana para a cidade e população.

Alfredo Sirkis, idealizador do projeto inicial de revitalização da Zona Portuária, aponta os desafios do empreendimento: a expansão do uso residencial da área, o fomento da pequena e média economia local, a mudança de uso de vários prédios antigos e uma gestão mais participativa do programa, com a comunidade local e novos moradores.

O artigo do FPO apresenta e avalia dados da Olimpíada do Rio relativos a financiamentos, aplicação de recursos, empresas construtoras e áreas da cidade beneficiadas, e conclui que a aposta na cidade-negócio é um fracasso que será pago pelas próximas gerações.

Sumário

Olimpíada	3
<i>Rogerio Valle</i>	
Legado dos Jogos: o que já se fez, o que não se fez e o que ainda se pode fazer	
Olimpíada	5
<i>Carlos Vainer</i>	
Calamidade Rio 2016	
Olimpíada	7
<i>Nelma Gusmão de Oliveira</i>	
A retórica do financiamento privado dos Jogos Olímpicos 2016	
Olimpíada	9
<i>Luiz Martins de Melo</i>	
Avaliação dos legados econômicos, sociais e esportivos dos Jogos Olímpicos	
Olimpíada	11
<i>Alfredo Sirkis</i>	
Área Portuária, Ano 15	
Fórum Popular do Orçamento	13
Uma avaliação inicial das Olimpíadas do Rio de Janeiro	
Encontro de Economia da Região Sudeste acontece em Vitória.....	16
Agenda de Cursos	
Balanco Patrimonial	

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30, na Rádio Livre, AM, do Rio, 1440 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br ou www.radiolivream.com.br

Conselho Editorial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Ricardo de Moraes Lopes, Sidney Pascountto da Rocha, Gilberto Caputo Santos, Marcelo Pereira Fernandes, Gisele Rodrigues, João Paulo de Almeida Magalhães, Sergio Carvalho C. da Motta, Paulo Mibielli Gonzaga. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 13.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antonio Lutterbach Soares. **Vice-presidente:** Sidney Pascountto da Rocha. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2014-2016) Arthur Câmara Cardozo, Gisele Mello Senra Rodrigues - 2º TERÇO: (2015-2017) Antônio dos Santos Magalhães, Gilberto Caputo Santos, Jorge de Oliveira Camargo - 3º TERÇO: (2016-2018) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascountto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2014-2016) Andréa Bastos da Silva Guimarães, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes - 2º TERÇO: (2015-2017) André Luiz Rodrigues Osório, Flavia Vinhaes Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2016-2018) Arthur Cesar Vasconcelos Koblitiz, José Ricardo de Moraes Lopes, Sergio Carvalho Cunha da Motta.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21)2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2014/2017

Coordenação de Assuntos Institucionais: Sidney Pascountto da Rocha (Coordenador Geral), Antonio Melki Júnior, Jose Ricardo de Moraes Lopes e Wellington Leonardo da Silva
Coordenação de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos.
Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach e André Luiz Silva de Souza.
Conselho Fiscal: Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo

Legado dos Jogos: o que já se fez, o que não se fez e o que ainda se pode fazer

Rogério Valle*

Os Jogos Olímpicos não são apenas a maior competição esportiva do mundo, mas também uma boa oportunidade para que as cidades-sede passem por um verdadeiro processo de mudança social englobando infraestrutura, valores e imagem (inclusive a autoimagem). Há potencial para mudanças físicas (instalações esportivas, infraestrutura urbana, habitações etc.), socioeconômicas (novos negócios, empregos, turismo etc.) e imateriais (valores, conhecimentos, comportamento). Mas há riscos. Tornou-se corrente empregar o termo “legados” para falar das mudanças favoráveis (benefícios esperados e de longo prazo para a cidade-sede) e o termo “impactos” para referir-se às desfavoráveis (malefícios indesejados e imediatos para ela). O próprio Comitê Olímpico Internacional já se deu conta de que ampliar os primeiros e minorar os segundos é uma questão de sobrevivência para os Jogos. Ou se reduzem os custos econômicos e sociais de realização do evento, ou então não haverá mais candidaturas. Os habitantes das cidades passaram a arbitrar a tomada de decisão. Barcelona rejubila-se até hoje com seu legado olímpico, Atenas lamenta a falta dele. Chicago, a bem dizer, não estava certa de querer sediar os Jogos.

Evidentemente, é preciso aguardar alguns anos para comprovar a ocorrência ou não de um bom legado. Londres hoje se vangloria dos frutos de 2012, sobretudo da formidável regeneração da área degrada-

da escolhida para a construção das arenas e residências (regeneração que, convém lembrar nestes tempos de Brexit, contou com generosa contribuição de fundos europeus para desenvolvimento regional). Mas as conclusões do quarto e derradeiro estudo sobre impactos e legados dos Jogos, publicado em dezembro do ano passado, dizem expressamente que foi preciso esperar três anos para ter certeza de que o evento realizou suas aspirações em termos de sustentabilidade (www.uel.ac.uk/geo-information/London_OGI3/documents/PostGames_OGI_Report.pdf). Mesmo assim, o Financial Times já formou seu veredicto — negativo — acerca dos investimentos que o Brasil fez nos Jogos que ainda estão por se iniciar.

No caso de nossos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, o legado planejado em conjunto pelos três níveis de governo está bem descrito no Plano de Políticas Públicas, definido como “um conjunto de obras de infraestrutura (incluindo esportiva) e políticas públicas nas áreas de mobilidade, meio ambiente, urbanização, educação e cultura que estão em andamento e foram aceleradas e/ou viabilizadas pelo fato de a cidade do Rio de Janeiro sediar os Jogos Rio 2016”. (www.apo.gov.br/index.php/plano-de-politicas-publicas/sobre-o-plano-de-legado/). Em síntese, lá pode ser lido que: — a União ficou diretamente responsável apenas pela construção do Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (na Ilha do Fundão) e de alguns dos locais ofi-



ciais de treinamento;

– o grande investimento do Estado situou-se na construção da Linha 4 do metrô (300 mil pessoas por dia), encarregando-se, além disso, de revitalizar seis estações ferroviárias, de ampliar o saneamento básico na Zona Oeste e de melhorar as condições ambientais na Baía de Guanabara e nas lagoas da região da Barra da Tijuca e Jacarepaguá;

– a Prefeitura comprometeu-se com projetos em quatro áreas:

- o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), os BRTs Transolímpica (16 km e oito estações ligando o Parque Olímpico da Barra ao Complexo Esportivo de Deodoro) e Transoeste (59 km ligando Santa Cruz e Campo Grande à Barra da Tijuca), a duplicação do Elevado do Joá e o Viário do Parque Olímpico;

- reabilitação ambiental de Jacarepaguá e saneamento da Zona Oeste (Bacia do Rio Marangá);

- revitalização da Região Portuária (Porto Maravilha), controle de enchentes da Grande Tijuca, pavimentação de calçadas, ampliação da acessibilidade e iluminação pública com eficiência energética;

- transformação da Arena de Handebol em quatro escolas municipais.

Não obstante a necessidade de aguardar um prazo maior para comprovar a extensão do legado, constata-se, a um mês dos Jogos, que, no que se refere à mobilidade e à renovação urbana, os projetos previstos no Plano tornam-se realidade, mesmo com pequenos atrasos pontuais. Concorde-se ou não que as melhores escolhas tenham sido feitas, não há como negar que a cidade terá um legado a recordar. Oposta é a situação no que se refere aos projetos de saneamento básico,

que deveriam ter conduzido à longamente esperada melhoria ambiental de lagoas e da Baía de Guanabara. O Dossiê de Candidatura, supondo o cumprimento no estado da Política Nacional de Saneamento, anunciava que até 2016 seria atingido um patamar de 80% de tratamento dos efluentes lançados na Baía de Guanabara. O Governo do Estado do Rio de Janeiro reconhece o insucesso nesta meta, mas pondera que, graças a obras por ele realizadas, este índice passou de 17%, à época da candidatura da cidade, para 49% em 2015. O problema é que estes números provêm da CEDAE e não gozam de total confiança entre os especialistas. No entanto, é certo que houve alguns avanços. O Dossiê de Candidatura mencionava o fechamento dos lixões (que tinham forte impacto sobre a baía) e isto de fato ocorreu. E nas lagoas Rodrigo de Freitas, de Jacarepaguá e de Marapendi, obras diretamente motivadas pelos Jogos já resultaram em conformidade aos padrões legais de qualidade da água.

Cabe aqui distinguir duas abordagens em relação à Baía de Guanabara. A mídia internacional, vendo-a meramente como espaço de competições, empenhou-se numa ampla exposição negativa em nada ingênua em relação aos interesses dos velejadores estrangeiros. Porém, o que mais interessava à população era a perspectiva de um formidável legado para a cidade. Estas duas abordagens pediam respostas diferentes. As necessidades do espaço de competições podiam ser atendidas por meio de ações paliativas e emergenciais que dessem conta do lixo flutuante (ecobarreiras e ecobarcos, aliás incluídos no Plano de Legado como parte do programa estadual Baía Viva). São sobretudo as necessidades do lega-

do que permanecem a descoberto: melhoria do saneamento básico da Baixada Fluminense, ações de urbanização no entorno da baía, logística de resíduos sólidos (sua coleta e disposição), recuperação de vegetação ciliar e das nascentes nas bacias hidrográficas. Já podemos então anunciar a frustração de um dos maiores legados previstos para os Jogos Rio 2016? Talvez ainda não. Há um precedente significativo: a recuperação da Baía de Sidney, graças a um plano bem traçado e corretamente executado nos quinze anos que se seguiram às Olimpíadas de 2000.

Estudos realizados continuamente, ao longo dos últimos trinta anos, mostram uma notável resistência da Baía de Guanabara aos poluentes e demais impactos que recebe. A imagem de uma baía já morta, tão veiculada na imprensa, não é endossada por cientistas e pesquisadores, que sabem ter ela ainda um grande patrimônio genético (por exemplo, 245 espécies de peixes), ser ela ainda uma concorrida área de produção pesqueira (dados de 2006 dão conta de 517 a 690 embarcações operando regularmente) e possuir ela ainda 90 km² de mangue florestal (dos quais 50% relativamente bem preservados, em áreas de proteção ambiental). A baía vem sendo bem estudada por diversas instituições: UFRJ (Biologia e Hidrodinâmica), UFF (Geoquímica), Uerj (Cetáceos e Manguezal), IEAPM (Monitoramento Ambiental), Unirio (Biologia), Fiocruz (Virologia), PUC-Rio (Química), Uenf (Química). Tratam-se, é verdade, de estudos pontuais, com financiamento por projetos, sem integração entre pesquisadores e instituições, resultando em conjuntos de dados descontínuos. Muitas informações

só estão disponíveis em relatórios e teses, permitindo a visão bem parcial hoje existente na imprensa e no público em geral. Convinco-me de que ainda há tempo para um legado histórico dos Jogos Rio 2016, as universidades mencionadas e o Governo estadual estão dando início a uma colaboração de grande fôlego, na qual cabe a este elaborar um programa de longo prazo para recuperação gradual da baía e àquelas monitorar e divulgar transparentemente os resultados alcançados.

Contudo, não seria correto reduzir o legado dos Jogos Rio 2016 àquilo que está previsto no Plano de Políticas Públicas – Legado. Há minúsculos, mas preciosos avanços em acessibilidade. Há perspectivas de ganhos não tão passageiros no Turismo e na imagem da cidade. Há a possibilidade de difusão de novos padrões de sustentabilidade em construções e em compras (Comitê Rio 2016) e de transparência na divulgação de gastos públicos (Autoridade Pública Olímpica, Prefeitura, TCU), que contrastam grandemente com o ocorrido durante a Copa do Mundo. Outros resultados muito desejáveis, como o correto aproveitamento futuro de todas as instalações (há fundamentadas dúvidas sobre os casos do golfe e do remo) e um vigoroso impulso à prática dos esportes olímpicos (algo para o qual os vários programas recentes do Ministério dos Esportes mostraram-se insuficientes), permanecem *sub judice*. Em breve não apenas os cariocas, mas todos os brasileiros terão uma avaliação dos reais ganhos com todo o esforço realizado.

* É professor do Programa de Engenharia de Produção da Coppe/UFRJ, onde coordenada o SAGE - Lab de Sistemas Avançados de Gestão da Produção.

Calamidade Rio 2016

Carlos Vainer*

O Rei está nu

Em “A Nova Roupas do Rei”, de 1837, Hans Christian Andersen conta a história de um espartalhão que, fazendo-se passar por alfaiate, convence o rei de encomendar-lhe uma maravilhosa roupa que somente seria vista pelas pessoas inteligentes. Os fios de ouro, tecidos caros, joias que pedira são surrupiados e, sem usar nada disso, finge tecer com fios invisíveis, finge confeccionar roupas com tecidos também invisíveis. Nem o rei, nem sua corte ousam dizer que não veem tecido algum, roupa alguma, pois estariam reconhecendo sua estupidez. Eis que o rei decide exibir a nova roupa em desfile público. Os que assistem a triunfal marcha se calam, temerosos de revelarem sua estultícia ... à exceção de uma criança que grita: “O rei está nu!”.

Assim é com os cariocas, seus governantes e os megaeventos esportivos. Por anos nos disseram que teciam uma nova e ainda mais maravilhosa cidade. Nossos tecidos, joias e riquezas foram entregues a alguns alfaiates urbanos charlatões, e agora a verdade está aí, nua, à vista de todos.

Alguns já advertiam, desde a fracassada experiência dos Jogos Pan-Americanos (estimativa inicial de custos em torno de R\$ 450 milhões, custo final de mais de R\$ 4 bilhões). Mas nossa criança, nessa história, foram as jornadas de junho e julho de 2013. Dez milhões de pessoas foram às ruas, em 500 cidades brasileiras, sobretudo naquelas que acolheriam jogos da Copa do Mundo de Futebol e no Rio, para dizer que o rei estava nu. Nas palavras de ordem, nos muros, nas faixas e cartazes estava escrito: “Queremos hospi-

tais e escolas padrão FIFA”, “Dilma, me chama de Copa e investe em mim. Assinado: Educação”.

Analistas que se extasiavam com a extraordinária conquista do Rio, embora tardiamente, juntam-se agora à criança. Míriam Leitão reconhece que os ganhos em turismo da Copa do Mundo foram irrisórios e ecoa opinião de pesquisador da FGV, segundo o qual “o foco do país nos grandes eventos foi uma escolha equivocada do país.” (O Globo, 17/07/2016). Este é o mesmo jornal que, há poucos dias, divulgava pesquisa da mesma FGV e do Sesc atestando o otimismo da população (“Mais de 60% dos cariocas acreditam no sucesso dos Jogos, diz pesquisa”, O Globo, 3/07/2016).

Mas de que serve o esforço para esconder as vergonhas do rei com sua nova roupa? Afinal, é o próprio governo quem reconhece ter levado o Estado do Rio de Janeiro à calamidade. Entre as justificativas para decretar o estado de calamidade, o governador em exercício Francisco Dornelles arrola a dificuldade para “honrar com os seus compromissos para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016”, “as delegações estrangeiras [que] começam a chegar na cidade do Rio de Janeiro” e “por fim, que os eventos possuem importância e repercussão mundial, onde qualquer desestabilização institucional implicará um risco à imagem do país de difícil recuperação” (Decreto-lei 45.692, de 17/06/2016).

Impávido, o Comitê Organizador não se dá por vencido e declara que o estado de calamidade pública “não terá impacto na realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. “Os Jogos estão garantidos e vão rolar”. (agenciabrasil.ebc.com.

br/economia/noticia/2016-06/estado-de-calamidade-nao-afetara-rio-2016-diz-comite-organizador).

Tal declaração certamente não impedirá o povo, ignorante, de se lembrar que, no final de 2015, a Secretaria Estadual de Saúde deixara de fornecer a uma UPA de São Gonçalo oito reanimadores ambulatórios, utilizados para pacientes com problemas respiratórios, a pretexto de economizar para as Olimpíadas de 2016. (O Globo, 24/12/2015, oglobo.globo.com/rio/estado-economiza-material-em-upa-por-causa-de-olimpiada-18361786).

Mais recentemente, após visita de vários hospitais públicos, o Conselho Regional de Medicina e o Sindicato de Médicos relatam que unidades de saúde municipais, consideradas referência para o atendimento durante a Olimpíada, estão superlotadas e não poderão atender a demanda gerada pelos jogos. (7/07/2016, g1.globo.com/rio-de-janeiro/olimpiadas/rio2016/noticia/2016/07/hospitais-do-rio-nao-estao-prontos-para-olimpiada-dizem-medicos.html).

O prefeito da cidade, chefe da alfaiataria, declara em alto e bom som que a situação da segurança na cidade é horrível, terrível (4/07/2016, oglobo.globo.com/rio/estado-esta-fazendo-trabalho-terrivel-na-area-de-seguranca-diz-paes-19639483).

Não há mais como esconder: o rei está nu.

Custos

Quanto custaram os fios e tecidos luxuosos que usaram nossos alfaiates? Na candidatura, os custos foram projetados em R\$ 28,8 bilhões (valores correntes); em janeiro de 2016 a Autoridade Pública



Olimpíada anunciou o valor de R\$ 39,1 bilhões e o TCU já anunciou R\$ 40 bilhões.

Mas estes números são enganadores, pois não incluem uma infinidade de dispêndios: aparatos de segurança e mobilização de efetivos da Força Nacional e das Forças Armadas, energia suplementar para as chamadas arenas, terras públicas repassadas a incorporadores e promotores imobiliários, indenizações e reassentamentos de populações removidas, quase sempre de maneira brutal. Apenas para o consórcio empresarial que assumiu o Parque Olímpico, a Prefeitura transferiu 1 milhão de m² de terras públicas, que, após os Jogos, serão utilizados para a implantação de um grande condomínio fechado. Na área portuária, no projeto intitulado Porto Maravilha (para quem?), foram 5.000.000 m² concedidos a um consórcio privado (Copacabana tem 4.500.000 m²).

A conta deve ainda incluir o valor da renúncia fiscal, os favores infinitos que os três níveis federados concederam ao cartel olímpico – integrado por grandes corporações internacionais e nacionais. Em 2012, quando da aprovação da MP 584/12, o valor estimado da renúncia total a nível federal subia a R\$ 3,8 bilhões, com uma perda de R\$ 350 milhões do Fundo de Participação de Estados e Municípios. A legislação de exceção previu isenções de IOF, IR, Cide, Cofins, PIS, taxas de serviços do exterior, entre outros. A importação de equipamentos de telecomunicação (plim-plim) e de bens para consumo da “família olímpica” está isenta, o que deve incluir vinhos e outras supinzeiras que alimentarão os camarotes VIPs e as recepções do Comitê Organizador e das próprias empresas.

Haveria que somar as isenções estaduais: isenção de ICMS nas operações com produtos nacionais

e estrangeiros destinados aos jogos (Resolução SEFAZ n. 742/2014). E isenções municipais, como serviços e IPTU para hotéis até 2020!

Não sabemos quanto nos custou e custará, e talvez nunca venhamos a saber.

O conto do legado olímpico

A menos de 30 dias da abertura dos Jogos Olímpicos, o TCU despertou, “vê risco de desperdício de recursos públicos nos Jogos Olímpicos do Rio” e descobre que o plano de legado não pode ser levado a sério. O recém-empossado Ministro dos Esportes, Leonardo Picciani, candidamente, afirma que “de fato, muito pouco foi feito”. Enquanto isso, o “MPF do Rio entrou com um pedido de liminar contra a União, Estado, Município e Autoridade Pública Olímpica (APO) para que apresentem um plano consistente dentro de 20 dias sob risco de multa diária de R\$ 10 mil”. O Procurador Leandro Metedieri declara: “Ou eles não têm um plano, que é o meu grande receio, ou não têm nada bom. Algum motivo há”. (8/07/2016, <http://istoe.com.br/tcu-ve-risco-de-desperdicio-de-recursos-publicos-nos-jogos-olimpicos-do-rio/>).

A despoluição da Baía de Guanabara e das lagoas, uma balela. Os equipamentos esportivos serão diretamente privatizados ou servem à promoção de empreendimentos imobiliários (como o campo de golfe). Para valorizar grandes latifúndios urbanos e viabilizar sua incorporação ao mercado imobiliário, os investimentos em mobilidade dirigiram-se todos à Barra da Tijuca e Recreio, ocupadas por menos de 10% da população da Região Metropolitana, enquanto milhões sofrem pela precariedade e altos custos do transporte nos subúrbios, na Baixada Fluminense e na Grande Niterói.

Não apenas o rei está nu, como o conto do legado olímpico foi desmascarado.

O verdadeiro legado da Era Maia: urbanicídio

Três momentos, ao longo dos últimos 100 anos, foram decisivos na configuração da estrutura socioespacial da cidade do Rio de Janeiro. De 1905 a 1910, o prefeito Pereira Passos dirigiu, com mão de ferro, a expulsão de milhares de pobres e negros das áreas centrais para a Zona Norte e subúrbios. Ao mesmo tempo, a classe média e os mais ricos se dirigiam à emergente Zona Sul, cujo acesso era aberto através de novas vias e das modernas linhas de bonde. Tinha início o processo de construção da desigualdade sociourbana.

Nos anos 1960 e 1970, sob Carlos Lacerda e ditadura militar, com a remoção brutal de favelas da Zona Sul para conjuntos como Vila Kennedy e Vila Aliança, aprofundou-se a divisão social do espaço urbano carioca: favelas remanescentes e municípios da Baixada Fluminense e do outro lado da baía acolhiam, em assentamentos precários e quase sempre ilegais, a população mais pobre.

A terceira e grande transformação é a que tem sido levada a cabo ao longo dos 24 anos da Era Maia. Eleito inicialmente pelo PDMB, Cesar Maia filiou-se ao PFL em 1995. Foi prefeito por 3 mandatos (1993-1996, 2001-2004 e 2005-2008). Luiz Paulo Conde (1997-2000) e Eduardo Paes (2009-2012, 2013-2016) emergiram para a política local como afilhados de Cesar Maia, mantendo, no essencial, e a despeito de conflitos pessoais, as mesmas orientações, práticas e retóricas. A unidade e continuidade desta política está expressa na opção por fazer do Rio a cidade dos megaeventos esportivos.

No Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, elaborado no 1º

Governo Cesar Maia, com consultoria da empresa Tecnologias Urbanas Barcelona S.A, financiado por um consórcio de grandes empresas lideradas pela Firjan e pela ACRJ, pode-se ler: “A tradição esportiva no Rio e seus recursos naturais e humanos permitem lançar sua candidatura para sediar os Jogos Olímpicos de 2004, com excelentes possibilidades. E, seguindo o exemplo de outras cidades, aproveitar os jogos para sua transformação”.

Hoje está evidente a transformação urbana a que serviriam e serviram os Jogos. Se nos anos 1960 e 1970 as remoções forçadas foram em torno de 40 a 60 mil, agora, sob Eduardo Paes e a pretexto de preparação da Copa e das Olimpíadas, foram 80 a 100 mil. Herdamos dos Jogos Olímpicos, ou melhor, destes 24 anos de construção estratégica do Rio de Janeiro olímpico, uma cidade autoritária, brutal, a serviço do negócio. Nesta cidade desfigurada, jovens negros são mortos quotidianamente por uma política de militarização dos bairros populares. O legado é uma cidade mais desigual, em que os espaços públicos são progressivamente asfixiados e colonizados pela privatização.

Não estamos falando apenas da crise financeira e do estado de calamidade pública. Não estamos falando apenas da transferência líquida de recursos públicos para um punhado de corporações privadas, a grande mídia e o cartel global dos megaeventos. Estamos querendo chamar a atenção para a destruição do tecido social e cultural que dá vida e alma a uma cidade. Estamos falando da destruição dos fundamentos mesmos da urbanidade carioca. Estamos falando de crime de urbanicídio. Este é o mais dramático legado.

Mas a cidade, certamente, sobreviverá e dará a volta por cima.

* É professor titular do Ippur/UFRJ.

A retórica do financiamento privado dos Jogos Olímpicos 2016

Nelma Gusmão de Oliveira*

No dia 17 de junho de 2016, a 49 dias da abertura dos Jogos Olímpicos de 2016, a publicação do decreto de calamidade pública do estado do Rio de Janeiro pelo governador em exercício Francisco Dornelles surpreendeu a todos. A “grave crise financeira” que inviabilizava os compromissos vinculados às Olimpíadas legitimou o decreto.

A imediata reação do prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, foi a convocação de uma entrevista coletiva para negar a existência de qualquer vínculo entre a crise econômica do estado e a organização das Olimpíadas. O prefeito alegou que 57% dos recursos investidos nos Jogos Olímpicos seriam oriundos da iniciativa privada e que o aporte de R\$ 732 milhões de verbas municipais representaria 93% do investimento público em instalações esportivas destinadas ao evento.

Desde a candidatura do Rio de Janeiro às Olimpíadas de 2016, valores de grandezas distintas têm sido apresentados para os custos do evento. Afinal, quanto custou a organização dos Jogos Olímpicos 2016? Qual a parcela de financiamento público desses gastos? Como se chega a uma conta que atribui aos cofres municipais apenas R\$ 732 milhões?

Para entender a desproporcionalidade desses valores, é preciso compreender a estrutura do orçamento olímpico. O Comitê Olímpico Internacional (COI) organiza os custos dos Jogos Olímpicos

em dois orçamentos: o orçamento COJO, sob a responsabilidade do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos, que se refere aos custos operacionais do evento e o orçamento não-COJO, que se refere aos custos com instalações, infraestruturas e serviços públicos. O orçamento não-COJO, por sua vez, é dividido entre os investimentos especificamente direcionados às necessidades do evento e aqueles que corresponderiam à antecipação de investimentos das três esferas de governo na cidade.

O dossiê de candidatura apresentado pelo Comitê Rio 2016 em 2009 projetava para 2016 os valores respectivos de R\$ 7,56 bilhões e R\$ 31,19 bilhões para os orçamentos COJO e não-COJO. Na busca de contribuir para o debate, eu argumento que o orçamento não-COJO dos Jogos Olímpicos no Brasil foi quase que integralmente financiado pelo dinheiro público.

Na contabilidade da Autoridade Pública Olímpica (APO), o custo total do evento também é dividido em três partes. A primeira, a parcela do COJO, é relativa aos custos de operações, estimados em R\$ R\$7,07 bilhões, e custeados pelo COI. A segunda, vinculada diretamente ao evento e nomeada “Matriz de Responsabilidades”, foi orçada em 7,07 bilhões, na última atualização em janeiro de 2016. A terceira, denominada “Plano do Legado” ou “Plano de Políticas Públicas”, corresponde aos investimentos que, segundo o discurso, já seriam realizados na cidade e os jogos apenas anteciparam. De acordo com



a última atualização, em abril de 2015, o Plano de Políticas Públicas custaria R\$ 24,6 bilhões. Os três orçamentos integrariam um custo total de R\$ 39,07 bilhões.

Considerando que o orçamento COJO será inteiramente assumido pelo COI, não será aqui discutido. Discutiremos a segunda e a terceira partes, priorizando os investimentos mais vultosos do suposto investimento privado.

Começamos pela matriz de responsabilidades. Os investimentos no Parque Olímpico da Barra da Tijuca e na Vila Olímpica somam R\$ 4,06 bilhões, quase a totalidade dos R\$ 4,12 bilhões anunciados como privados na matriz. O valor total contratado da Parceria Público-Privada (PPP) do Parque Olímpico foi de R\$ 1,35 bilhão. Além das obras inseridas na matriz, que incluem o Centro Principal de Mídia, Centro Principal de Imprensa, um hotel, três pavilhões do Centro de Treinamento e algumas obras

de infraestrutura, o contrato inclui também serviços, consultoria e taxa de fiscalização, não computados no documento. O contrato é remunerado através de uma contraprestação pecuniária de R\$ 502 milhões, somada a uma contraprestação imobiliária de R\$ 850 milhões, na forma de transferência da propriedade de 1,18 milhão de m² de terras públicas, equivalente a 75% da área onde se localiza o parque, às construtoras Odebrecht, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken para a construção de condomínios de luxo. Uma operação matemática mostra que a alardeada contribuição do setor privado não passa de uma transação de compra de terrenos públicos pelas empreiteiras ao valor de R\$ 720,00/m², inferior à metade do valor de mercado naquela região, que ultrapassa os R\$ 2.000,00/m².

Com relação à Vila das Atletas, o empreendimento é privado, mas o Consórcio Ilha Pura, constituído pelas construtoras Carvalho Hosken e Odebrecht, entrou apenas com os terrenos, orçados em R\$ 579,3 milhões. A infraestrutura foi garantida pelo poder público e o investimento de 2,33 bilhões para a construção é feito através da Caixa Econômica Federal com juros subsidiados.

Examinemos então o Plano de Políticas Públicas, que, orçado em R\$ 24,6 bilhões, seria 43% (R\$ 10,57 bilhões) empreendido com recursos privados. A parcela de R\$ 7,62 bilhões supostamente oriunda da iniciativa privada na PPP Porto Maravilha, que possui or-

çamento total R\$ 8,5 bilhões, representaria 72% do aporte privado no plano.

O pacote de leis do Projeto “Porto Maravilha” cria, na área portuária, uma Operação Urbana Consorciada (OUC), os Certificados de Potencial Adicional Construtivo (CEPACs) e a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP). Além disso, estabelece benefícios fiscais para essa empresa e demais que atuam ou pretendem atuar na referida área.

A OUC Porto Maravilha atre-

la em único contrato a realização de obras, sua manutenção e privatização de serviços públicos. A PPP inclui a cobrança de outorga para a construção acima do índice de aproveitamento básico através dos CEPACs. Na qualidade de títulos mobiliários, regulados pela Comissão de Valores de Mercado, os CEPACs podem ser negociados sucessivas vezes até se vincularem a um lote.

Acontece que o conjunto de 6,4 milhões de CEPACs disponibilizados – equivalentes 4 milhões de m² – foi vendido em lote único ao valor de R\$ 3,4 bilhões a uma

única empresa de capital 100% público, a Caixa Econômica Federal (CEF), que usou o dinheiro do FGTS para pagar não apenas os R\$ 3,4 bilhões relativos ao lance vencedor pela compra dos CEPACs, mas a quantia total de R\$ 8 bilhões referente a despesas relacionadas à OUC. Para integralizar esse capital, a CEF terá que repassar, além dos CEPACs, uma quantidade de terrenos públicos, transferidos a partir das três esferas de governo, que deverá ser suficiente para consumir cerca de 60% do estoque desses certificados. Cabe então à CEF

assumir os riscos de repasse de certificados e terrenos para a iniciativa privada e, caso o desinteresse do mercado em comprar índices construtivos acima do básico force os preços para baixo, bancar o prejuízo com o dinheiro do trabalhador. Tabela publicada no sítio oficial da CDURP mostra que, passados cinco anos da compra dos CEPACs pela CEF, o estoque remanescente de certificados ainda representa 91,21% de seu total. Por outro lado, a arrecadação dos CEPACs tem aplicação restrita à área da operação, enquanto os tributos renunciados poderiam ser aplicados em todo o território do município.

Os casos analisados representam 80% do total apresentado como aporte privado no orçamento não-COJO. Os casos não discutidos constituem, com irrelevantes exceções, pagamentos por concessões do direito de exploração privada de obras bancadas mais que 85% com dinheiro público. Em relação ao orçamento COJO, vale destacar a compensação de parte dele através de renúncia fiscal relacionada às Olimpíadas, discutida em artigos da edição anterior desse jornal.

Os dados apresentados põem ao chão o argumento de 57% de financiamento privado dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro e reafirmam a ideia de que formas diversas de organização dos números podem conduzir a diferentes representações do real. A retórica do financiamento privado converte em ganho o que de fato é custo e, além de legitimar custos sociais injustificáveis, retira da esfera política a discussão da prioridade de investimentos realizados com recursos públicos.

* É doutora em Planejamento Urbano e Regional (Ippur/UFRJ) e professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb).



Avaliação dos legados econômicos, sociais e esportivos dos Jogos Olímpicos

Luiz Martins de Melo*

O Brasil e o Rio de Janeiro têm uma longa tradição de boa organização de grandes eventos populares. Assim é com o Carnaval e com a festa de passagem do ano em Copacabana. Assim, também, foi com o Pan-Americano de 2007 no Rio de Janeiro e com a Copa do Mundo de Futebol em 2014. Essa competência organizacional, aliada à histórica participação do carioca em grandes eventos populares torna extremamente positiva a expectativa em relação aos Jogos Olímpicos, na estrita avaliação do evento esportivo em si, se fosse possível isolá-lo das demais questões econômicas e sociais. Porém, quando se analisa de modo mais abrangente, o resultado pode ser menos positivo.

Em primeiro lugar é importante analisar o legado esportivo, definido como a futura utilização das instalações e equipamentos esportivos construídos para os Jogos Olímpicos e a política pública para o desenvolvimento do esporte.

As instalações e equipamentos esportivos construídos para os Jogos Olímpicos são, na maioria dos casos, infraestruturas caras e monumentais para o evento, mas passados estes, dificilmente encontra-se um uso que justifique seu custo de construção e operação. O caso do Maracanã é exemplar. Os estádios muitas vezes continuam a ser usados, mas raramente ocupam a sua capacidade, tornando-se “elefantes brancos” com altos custos de manutenção em países

com renda per capita inferior aos dos desenvolvidos, para onde eles foram projetados.

As especificações técnicas das instalações e equipamentos esportivos construídos para os Jogos Olímpicos são baseados na realidade econômica e social dos países desenvolvidos. Esses países já contam com toda rede de infraestrutura de serviços públicos construída e, em muitos casos, de estádios e instalações esportivas. Apenas alguns ajustes necessitariam ser feitos. A renda per capita também torna acessível para grande parte da população os ingressos para as competições esportivas, que de modo geral já são realizadas nesses países.

Outro aspecto importante do legado de longo prazo dos megaeventos é a política pública para o desenvolvimento do esporte. A democratização do acesso à prática esportiva (educação física) é um direito fundamental da construção da cidadania. Até o momento não se conhece uma política pública estruturante para o esporte e a atividade física, nem para o uso após os megaeventos das instalações esportivas construídas.

As obras de infraestrutura de transportes públicos são as mais importantes para o legado urbano dos Jogos Olímpicos. As obras para a instalação das linhas de BRT, do VLT no centro da cidade, a linha 4 do metrô e as pistas do Elevado do Joá são obras relevantes para melhorar a mobilidade urbana de modo pontual. Todas elas atendem ao requisito prioritário da mobilidade da “família olímpica”.

Essa estratégia da “cidade para os megaeventos” busca melhorias pontuais para os serviços públicos que não resolvem os problemas estruturais. Dadas as suas especificações técnicas, o sistema de BRT oferece pouca margem para crescimento. É a mesma opção preferencial pelo transporte rodoviário.



Outras obras importantes de renovação urbana foram: a demolição do Elevado da Perimetral, estabelecendo uma nova utilização do espaço público do centro do rio de Janeiro, com a reurbanização da Região Portuária; a criação de uma área litorânea ligando a Praça XV à Praça Mauá; e as novas instalações culturais e educacionais, tais como o Museu do Amanhã, Museu de Arte do Rio e Aquário Oceânico. Outra obra importante e estrutural foi a construção dos grandes reservatórios subterrâneos de águas pluviais, que são fundamentais para evitar os alagamen-

tos na região da Grande Tijuca. Pode-se acrescentar a essas grandes obras de revitalização urbana a melhoria do entorno do Engenheiro, a nova Marina da Glória e a construção dos parques de Madureira e de Deodoro, equipamentos de lazer para a população da Zona Norte. Todas essas obras deveriam ser feitas independentemente da realização dos Jogos Olímpicos. Se foi mais fácil a obtenção dos recursos para elas, ótimo.

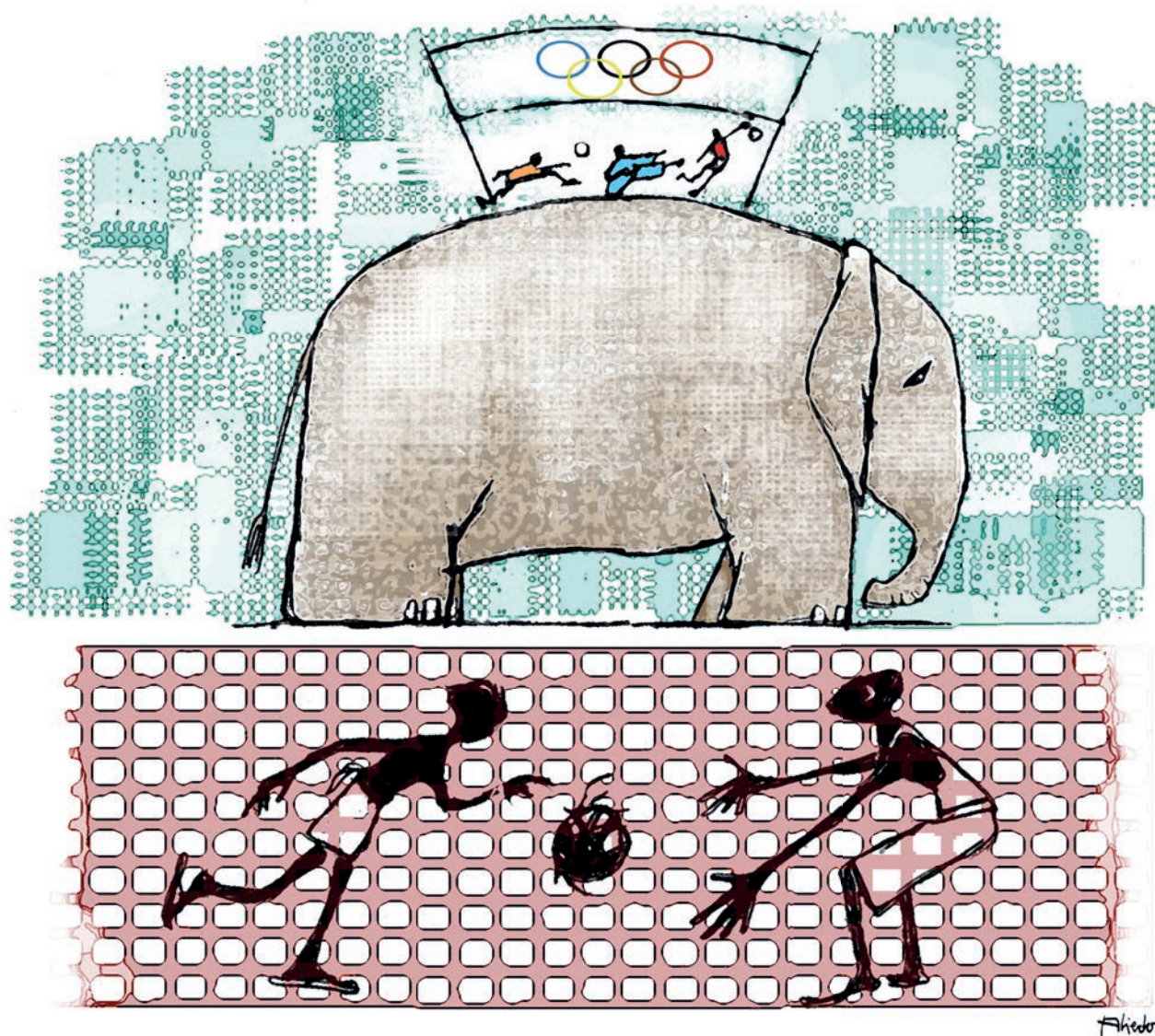
Porém, o Rio de Janeiro descumpriu todas as metas de melhoria no meio ambiente. O compromisso de despoluir a Baía de Guanabara, as lagoas da Barra da Tijuca e a Lagoa Rodrigo de Freitas não foi levado adiante. O sistema de saneamento de um dos principais pontos turísticos da cidade, a praia de Copacabana, ainda apresenta línguas negras em períodos de chuva mais intensa. Praticamente nada foi feito para melhorar o saneamento da cidade. Vamos torcer para que nenhum barco na competição de iatismo dos Jogos Olímpicos abalroe um divã flutuante ou tenha seu leme obstruído por um plástico. Finalmente, nem mesmo o plantio de mudas na Mata Atlântica foi executado como prometido.

A segurança pública, que piorou consideravelmente nos últimos meses, vai melhorar no período dos Jogos Olímpicos. A cidade estará sitiada por terra, mar e ar, com oitenta e cinco mil membros das Forças Armadas, da Força Nacional de Segurança e das forças estaduais de segurança. Porém, após

os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos tudo voltará ao que era antes: crescente insegurança pública.

Os estudos que avaliam o legado econômico dos megaeventos apresentam resultados no mínimo ambíguos quanto ao seu impacto positivo.¹ Esses estudos mostram que as fontes de renda geradas pelos megaeventos normalmente cobrem os custos diretamente envolvidos com a sua preparação. Assim, o que restaria seriam os aumentos no turismo e comércio e o desenvolvimento da infraestrutura urbana, já analisada. Os estudos referentes a número de turistas mostram que haveria uma substituição de turistas tradicionais por aqueles atraídos pelos megaeventos. O ganho bruto de visitantes raramente se altera de maneira significativa, como ilustrado pelos casos de Beijing 2008 (onde o número foi pouco diferente daquele do mesmo período no ano anterior) e da África do Sul durante a Copa do Mundo de 2010 (onde o ganho bruto de chegadas internacionais não foi muito além de 100.000, quando as consultorias haviam inicialmente previsto 500.000)².

Um argumento frequentemente usado em favor da realização de megaeventos é o fato de que eles promovem uma maciça exposição midiática da cidade hospedeira em um curto período, o que poderia trazer novos investimentos externos e turistas. Seria o legado intangível dos megaeventos para o Brasil e o Rio de Janeiro. Esse argumento, no entanto, é controverso. Em muitos casos, como Londres e Paris, as cidades já estão no “mapa” internacional. Em outros, ela não teria como se beneficiar da exposição internacional por ter pouca vocação para o turismo, como no caso de Atlanta. O caso paradigmático é Barcelona. Mas teria o Rio



de Janeiro condições políticas de reproduzir Barcelona?

Em suma, quem se beneficia com certeza dos Jogos Olímpicos? O COI. Ele detém o monopólio dos direitos de exploração das imagens e das receitas dos principais megaeventos esportivos mundiais. Esses eventos são as suas principais fontes de receitas e formam a base para a formulação dos seus planos de marketing e a garantia para os seus patrocinadores³. Os países e os governos regionais têm que alterar a sua legislação para adaptá-la aos requisitos legais do contrato assinado e

assumir os possíveis riscos dos prejuízos futuros. O COI recebe os bilhões de dólares, principalmente das televisões, e não paga pelas instalações esportivas, infraestrutura e segurança dos eventos.

O legado dos Jogos Olímpicos vai ser o mesmo do Pan-Americano de 2007 no Rio de Janeiro e na Copa do Mundo de 2014: um

evento muito bem-sucedido esportivamente, porém com um pobre legado de política pública esportiva e urbana para a cidade e sua população.

* É professor do IE/UFRJ e doutor em Economia e pesquisa e publica nas áreas de Economia da Inovação e Economia do Esporte.

1 A literatura sobre o resultado do impacto econômico é analisada em Melo, L. M. (2014) Qual o legado dos megaeventos? In: *Sustentabilidade, Governança e Megaeventos: estudo de caso dos Jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda., p. 179-194.

2 Matheson, V. *Economic Multipliers and Mega-Event Analysis*, International Journal of Sport Finance, Vol. 4, No. 1, pp. 63-70, 2009.

3 A estimativa é de que aproximadamente 90% das receitas do COI dependem diretamente dos megaeventos.

Área Portuária, Ano 15

Alfredo Sirkis*

Programas de revitalização de áreas portuárias costumam demorar cerca de duas décadas para atingir a plenitude de seus objetivos de recuperar um bairro previamente degradado em decorrência das mudanças na tecnologia de operação portuária que se iniciaram nos anos 70. Alguns, como Cop Van Zuid, em Roterdã, surtiram efeitos mais rápidos. Outros, como o Canary Warf, em Londres, se debateram por muito tempo com impasses que eventualmente conseguiram superar. Reivindico a gênese do programa “Porto do Rio”, que desenvolvi com uma equipe do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), na época coordenada por Augusto Ivan, Antônio Correa e Nina Rabah, que iniciamos em 2001. Foi a primeira vez que a prefeitura do Rio assumiu a liderança de um projeto para a área como um todo, englobando Saúde, Gamboa, Santo Cristo, o cais e a Praça Mauá, dentro do padrão internacional de recuperação de áreas portuárias degradadas. Antes houvera apenas projetos pontuais (na maioria ruins) relacionados com certos locais ou instalações específicas: Pier Mauá, pátio da estação Marítima, etc.

Elaboramos uma concepção geral, dezoito projetos de reurbanização de áreas públicas, infraestrutura, reconversões e *retrofitting* de prédios antigos e de áreas tradicionais. Uma preocupação que tive desde o início foi a de tentar promover o uso residencial na área, não só para recuperar uma população residente que havia migrado

em quase 50% nas duas décadas anteriores, como para promover bairros de usos múltiplos, uma preocupação extensiva ao resto do Centro do Rio de Janeiro. Outra era uma assistência à economia local já existente, que apoiasse os moradores, o comércio e os negócios locais para conviver melhor com o investimento imobiliário que a área iria receber. O desenvolvimento dos planos foi bastante participativo, com dezenas de audiências públicas. Costumava me reunir quinzenalmente com as associações, sindicatos e outras lideranças locais. Não era fácil, pois havia muita divisão e desconfiança, mas trouxe bons resultados.

O programa ficou marcado por uma polêmica que na verdade só deveria tê-lo afetado marginalmente: a do museu Guggenheim, no Pier Mauá. O projeto do arquiteto francês Jean Nouvel era difícil, caro, mas acredito que teria sido melhor que seu sucedâneo, a Cidade das Artes na Barra da Tijuca. As condições contratuais do museu, no entanto, eram muito ruins e politicamente insustentáveis. Quando esse projeto foi bloqueado pela manutenção de uma liminar, o então prefeito, César Maia, decidiu suspender a grande maioria dos 18 projetos em andamento, alguns já em processo de licitação – entre eles a reurbanização da Praça Mauá, rua Sacadura Cabral e o Binário – e que acabaram só sendo executados anos depois. Naquele período só foram executados os projetos da Gamboa: a Vila Olímpica, a Cidade do Samba e algumas intervenções no Morro da Providência.

No seu aspecto de desenvol-

vimento urbano, o programa dependia muito da esfera federal, pois a maior parte dos terrenos pertencia à Companhia Docas, Liquidante da Rede Ferroviária Federal, INSS, etc. O BNDES certamente teria um papel a jogar. As relações da prefeitura com as esferas federal e estadual naquele tempo eram muito difíceis. No meu último dia na secretaria de urbanismo, no início de 2006, foi finalmente assinado um convênio entre as duas esferas de poder.

Nos dois anos seguintes, como cidadão, continuei insistindo junto a instituições governamentais e algumas empresas que começavam a se interessar pelo Programa. Realizei estudos para investidores que naquele momento avaliavam sua eventual participação, que dar-se-ia mais adiante, depois de 2008. Nas eleições de 2008, a revitalização da área portuária foi o carro-chefe da campanha de Fernando Gabeira, do qual fui um dos coordenadores. Alguns dias depois de nossa derrota por uma esteira margem, o prefeito eleito, Eduardo Paes, telefonou-me para dizer que se interessava pelo projeto e que gostaria de executá-lo. Reunimo-nos por várias horas na Fundação Getúlio Vargas, junto com Felipe Gois, que veio a assumir o IPP, e passei-lhes todo o programa que havíamos elaborado, insistindo em duas preocupações básicas: a necessidade de uma presença forte do uso residencial, de classe média, e de um apoio à economia já existente naqueles bairros.

O programa afinal executado representou uma grande ampliação do originalmente pensado. Certamente, em termos de escala.



O projeto original levava em conta apenas recursos da Prefeitura da ordem de uns 428 milhões de reais. Não sei exatamente quanto foi finalmente investido no seu sucedâneo, o “Porto Maravilha”; suponho que tenha ido além dos 2 bi. O consórcio privado que depois foi formado e os aportes federais – já tendo os Jogos Olímpicos como pano de fundo – deram-lhe uma escala e uma abrangência bem maiores que as originais.

Quinze anos depois de seu início, o programa pode-se prestar a um primeiro balanço parcial. A maioria dos 18 projetos do IPP para a área pública, *retrofitings*, ciclovias e VLT foram executados e houve significativo investimento privado (com crédito público) em construção de prédios de escritório. Em algumas ocasiões tive a oportunidade de expor aos responsáveis da prefeitura e aos investidores privados essa importância crucial que atribuo a uma forte ampliação do uso residencial, nada trivial. Trazer a classe média para residir na área portuária demanda superar uma forte barreira econômica, cultural e psicológica.

Como viabilizar o uso residencial sempre foi e continua sendo a grande questão que não é resolvida pela simples “espontaneidade” do mercado. No entanto, se ele não ocorrer, a área portuária renovada irá se comportar como simples extensão da zona central de negócios do Centro do Rio: um vazio urbano durante a noite e nos finais de semana, extremamente vulnerável à degradação e que não proporciona aos seus moradores e usuários atuais as vantagens palpáveis de uma revitalização bem-sucedida, minimizando a gentrificação e estimulando a economia local.

A essa dificuldade se soma outra, inerente à crise econômica mais

geral que sofremos: o massivo investimento em modernos prédios de escritório gênero AAA se baseava numa demanda projetada de empresas de petróleo que só existia na miragem do pré-sal. Hoje uma enorme metragem quadrada de espaços de escritório parece “micada” e há questionamentos em relação a diversos aspectos das operações urbanas e das vendas de CEPACS via Caixa Econômica Federal.

O uso residencial, insisto, ainda será a “salvação da lavoura”. Urbanisticamente é a solução óbvia, já sabemos. Também é a melhor solução economicamente, embora isso, à primeira vista, não apareça nesse aparente beco sem saída. A indústria da construção do Rio, os incorporadores, sempre desconfiaram em investir no Centro; os investidores de fora do Rio são escassos e os empreiteiros, além de não conhecerem esse tipo de mercado, estão em situação quase terminal em virtude da crise e dos escândalos da Lava Jato. Por outro lado, mesmo em condições mais favoráveis, haveria duas dificuldades econômicas de monta: faltam linhas de financiamento adequadas para oferecer um preço diferenciado capaz de atrair a classe média a vencer a inibição cultural/psicológica para residir no Centro, bem como uma rede de comércio e de serviços servido à moradia. Nesse último ponto, no entanto, teremos sempre uma dinâmica do gênero “ovo-galinha”. Havendo moradores, virá comércio afim: padarias, mercearias, *delicatessens*, cabeleireiros, barezinhos etc.

O uso residencial para baixa renda, por sua vez, possui – ou pelo menos possuía até pouco tempo – melhores condições de financiamento com o Minha Casa Minha Vida. No entanto, fazer da área portuária, à partida, uma zo-

na residencial essencialmente de baixa renda, como pretendiam alguns, seria um erro enorme do ponto de vista urbanístico. Precisa haver equilíbrio, promovendo uma presença de classe média. Essa precisa vir antes até para poder gerar um mercado de trabalho local mais qualificado. Na atual crise não se percebe de onde poderiam vir os investimentos gerando uso residencial de classe média a baixo preço comparado à Tijuca, Glória ou Rio Comprido.

Uma solução de curto prazo poderia ser utilizar o imenso espaço de escritórios “micado” para um *retrofitting* residencial destinado à locação, além de atrair instituições de ensino. Isso, no entanto, dependeria de muitas vontades e de um apoio de crédito em condições favoráveis. Permanece a problemática em relação a recuperar a economia local: seria preciso mais do que nunca uma bateria de instrumentos de crédito e apoio: microcrédito, crédito a juros civilizados (hoje a quadratura do círculo), incubadoras, apoio de design e cartorial etc. O uso apenas corporativo nos espaços de escritório ocupados e os equipamentos culturais e turísticos não garantem à área portuária o sucesso urbanístico e à sua população local, um progresso econômico palpável. Pode-se dizer que nos tempos de crise aguda que correm, trata-se de uma discussão meio inócua. Penso, pelo contrário, que esta é “a” discussão que sempre irá se colocar, agora ou mais à frente.

A Cidade está nesse momento se apropriando de um conjunto impressionante de infraestrutura urbana e equipamentos culturais na área portuária. Quando realizei os estudos que mencionei, em 2007, desaconselhei a remoção do elevador da Av. Perimetral – havia

um projeto vencedor de concurso de tratamento paisagístico da base do viaduto — e também rejeitei uma ideia, essa de fato totalmente inviável, de um aterro tipo Flamengo. Hoje dou graciosamente o braço a torcer em relação à derubada do elevador. Penso que foi um acerto (e um ato de coragem) removê-lo e isso qualificou consideravelmente todo o *waterfront* da Avenida Rodrigues Alves. Já a solução de fazer dessa avenida uma via expressa, a partir da Av Barão de Teffé, no entanto, foi um equívoco: ela segmentou o bairro de uma parte do cais do porto que futuramente poderia ser incorporada à revitalização, inclusive privando-o de calçada. A fazê-lo teria sido preferível, a menor custo, haver mantido o elevador da Av. Perimetral no trecho entre o Armazém 7 até 18, reurbanizando a Rodrigues Alves a implantando o projeto vencedor do concurso ao qual me refiro acima.

A quinze anos dos seus primórdios, a revitalização da área portuária do Rio apresenta quatro grandes demandas para historicamente poder ser um caso de sucesso: uma significativa expansão do uso residencial, incluindo o comercial e de ensino a ele relacionado; o fomento da pequena e média economia local – caberiam um polo digital e nichos culturais variados —; um avanço maior no *retrofitting*, com mudança de uso de vários prédios antigos, em particular o da Imprensa Nacional-PF, A Noite e vários armazéns; e uma gestão mais democrática e participativa do programa, com a comunidade local e os novos moradores, quando vierem.

* É jornalista, escritor e diretor-executivo do Centro Brasil no Clima/Climate Reality. Foi secretário estadual de Urbanismo, Meio Ambiente e presidente do IPP.

Uma avaliação inicial das Olimpíadas do Rio de Janeiro

Com a realização do maior evento esportivo do planeta, os Jogos Olímpicos, finaliza-se o projeto de tornar o Rio de Janeiro uma cidade global, iniciado em meados da década de 1990. Logo, é o momento de se avaliar os objetivos e os efeitos de sua implantação. Para tanto, elaboramos quatro questões sobre a atuação municipal no megaevento:

- 1) Quais foram as instituições e instrumentos que financiaram a Rio 2016?
- 2) Em que programas governamentais foram aplicados os recursos?
- 3) Quais são as principais empresas que atuaram na construção do megaevento?
- 4) Que regiões da cidade receberam os investimentos?

Entretanto, em meio à necessária discussão sobre os custos e benefícios desse projeto também cabe ressaltar o trato dispensado ao próprio esporte e a seus resultados. Distinguindo-se o esporte de alto rendimento do esporte comunitário, pode-se verificar qual foi o foco da atuação governamental.

Não foi possível deflacionar uniformemente todos os valores devido ao período temporal de validade dos contratos considerados para efeitos de comparação, por isso estão apresentados a preços correntes.

De onde veio o dinheiro?

2009 marca o início dos gastos olímpicos e sete anos depois muito dinheiro foi gasto e os trabalhos serão concluídos em cima da hora. Metade dos recursos uti-



lizados até 2015 é oriundo de empréstimos e convênios, no valor de R\$ 4,3 bilhões, sendo a totalidade deles provenientes da União através do PAC, da CEF ou do BNDES. Este último responde sozinho pelos empréstimos, no valor de R\$ 3,4 bilhões, além de financiar projetos do PAC, conveniado, enquanto a CEF entrou com cerca de meio bilhão¹.

Segundo a Autoridade Pública Olímpica (APO), a Matriz de Responsabilidade entre as esferas governamentais tinha a seguinte previsão: R\$ 732 milhões para o município, R\$ 1,3 bilhão da União e R\$ 7,6 milhões do Estado, totalizando R\$ 2,8 bilhões. Entretanto, até 2015 o município “investiu” R\$ 6,5 bilhões no Legado Olímpico e R\$ 1,5 bilhão na Matriz de Responsabilidade – o dobro do previsto².

Para ser aplicado em...

Sobre as despesas foram selecionados os programas com alguma referência em “obras olímpicas” e o investimento no esporte. Até junho deste ano foram gastos com as grandes obras de infraestrutura e investimentos em esporte o patamar de R\$ 10,2 bilhões, considerando o período de 2009 a junho 2016. Para 2016, a expectativa é de um gasto equivalente a R\$ 2,2 bilhões e, até o momento, 62,6% desse valor já foi executado.

É importante destacar que o programa Parque Olímpico teve, para 2016, uma previsão de gastos de R\$ 284,3 milhões e até junho, o valor liquidado já era de R\$ 337,5 milhões, quase 20% maior que o planejado. E já estão empenhados mais de R\$ 750 milhões, ou seja, um planejamento inadequado para se dizer o mínimo.

E quem ganhou o dinheiro público?

Entre as empresas favorecidas na execução das obras, pode-se salientar que 36,8% do total das despesas nos programas ficaram a cargo dos grupos formados por OAS, Odebrecht e Andrade Gutierrez. Ademais, 54,5% do total dos gastos olímpicos e esportivos ficaram sob responsabilidade de apenas seis grupos, os três grupos já citados mais Queiroz Galvão, Carioca Engenharia e Cotern. Detalhe: mais da metade destes grupos estão sendo investigados na Operação Lava Jato por suspeita de pagamento de propina.

Onde o dinheiro foi aplicado?

Observa-se que a maior parte dos investimentos olímpicos ocorreu na Zona Oeste, nos bairros da Barra da Tijuca, local do Parque Olímpico, e Deodoro, local do Complexo Esportivo. A segunda região que recebeu mais investimentos é o Centro/Zona Portuária, em razão das intervenções urbanas nos bairros da Saúde e Gamboa (Porto Maravilha) e pela construção do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), que passará pela região. Já a Zona Norte recebeu recursos para obras no entorno do Maracanã.

As valorizações imobiliárias nas regiões afetadas ocasionam a expulsão das populações mais pobres em função das remoções forçadas e/ou do aumento do custo do solo.

Esportes para quem?

O principal programa de investimento no esporte, chamado de “Desenvolvimento do Esporte e Lazer”, possui uma despesa muito inferior aos outros programas ligados aos Jogos Rio 2016, com

uma participação de 2,1% do total. Entretanto, é importante fazer uma diferenciação entre Desporto de Rendimento e Desporto Comunitário. O primeiro visa o esporte de alto rendimento, ou seja, atletas profissionais ou semiprofissionais que se destacam em suas

modalidades. Já o segundo se refere à prática esportiva ligada à saúde e ao desenvolvimento social. Entende-se que é de competência pública o incentivo ao Desporto Comunitário, cumprindo assim a sua função social, inclusive pelo aumento do número de pra-

ticantes. Desta forma, o esporte de alto rendimento também será beneficiado, uma vez que quanto mais pessoas praticando o esporte, principalmente na infância e na adolescência, maiores serão as chances de alguns deles virem a se tornar atletas de alto nível.

Infográfico – Gastos com obras olímpicas e esporte na cidade

Fontes de Recursos utilizados nas Olimpíadas:

Fontes de Recursos (R\$ 1,00)	
RECEITAS DE RECURSOS NÃO PRÓPRIOS:	
	4.327.424.479,22
EMPRÉSTIMOS	
	3.153.588.501,08
CONVÊNIOS	
	1.173.835.978,14
RECEITAS OPERACIONAIS MUNICIPAIS	
	4.318.879.765,66
TOTAL	8.646.304.244,88

Fonte: Prestação de Contas 2009 – 2015. Refere-se aos valores liquidados.

Origens Dos Recursos Não Próprios (R\$ 1,00)	
BNDES	
	3.454.163.064,91
CEF	
	563.065.794,58
PAC	
	421.981.672,00
TOTAL (UNIÃO)	4.439.210.531,49

Fonte: Fonte: Controladoria Geral do Município – Rio Transparente 2009 – 2015. Refere-se aos valores recebidos.

OBS.: As prestações de contas trazem os valores liquidados por fonte de recurso, programa e ação, e puderam ser consultadas as contas já fechadas, ou seja, de 2009 a 2015. O portal Rio Transparente traz também os valores recebidos pelo município e suas origens, inclusive em 2016, porém sem discriminar os programas ou ações onde foram ou serão utilizados. Por isso, algumas contas se desencontram: algumas referem-se a gastos incorridos, outras a recebimentos, e ainda há contas não identificáveis com os recursos à mão.

Programas Olímpicos e Esportivos:

Realizado por Programa (R\$ 1,00)	
TRANSOLÍMPICA	
	2.424.137.211,47
TRANSCARIOCA	
	2.217.339.399,11
PARQUE OLÍMPICO	
	1.770.852.990,11
PORTO MARAVILHA	
	1.081.166.144,57
TRANSOESTE	
	1.044.559.159,54
TRANSBRASIL	
	642.577.678,14
VLT DO CENTRO	
	447.630.007,22
GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	
	349.349.520,33
DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER	
	215.104.363,88
TOTAL	10.192.716.474,37

Fonte: Prestação de Contas 2009 – 2015, Rio Trans parente 2016 acessado em 29/06/2016. Refere-se aos valores liquidados.

Principais Consórcios e Empresas Favorecidas:

Consórcio/Empresa (R\$ 1,00)	
CONCESSIONÁRIA VIARIO (OAS, Odebrecht e Andrade Gutierrez)	
	2.025.184.888,34
CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ	
	866.403.803,77
ODEBRECHT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO	
	857.397.073,96
CONSÓRCIO TRANSCARIOCA RIO (OAS, Carioca Engenharia e Contern)	
	780.794.516,41
CONSÓRCIO TRANSBRASIL (OAS, Odebrecht e Queiroz Galvão)	
	598.303.488,40
CONSÓRCIO COMPLEXO DEODORO (OAS e Queiroz Galvão)	
	429.957.345,35
CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA (Odebrecht Transportes, Riopar, Actua – CCR, Invepar, Benito Roggio Transporte, RATP do Brasil Operações)	
	407.630.007,22
CONSÓRCIO TRANSCARIOCA BRT (Andrade Gutierrez e Delta Construções)	
	290.435.466,06
CONCESSIONÁRIA RIO MAIS (Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken)	
	268.787.312,59
CONSÓRCIO ONDA AZUL (Construtora Zadar e Engetécnica)	
	204.770.359,68
CONSÓRCIO SAÚDE GAMBOA (OAS, Odebrecht e EIT- Empresa Industrial Técnica)	
	186.972.609,10
SANERIO CONSTRUÇÕES	
	182.814.317,93
SOMA (69,7% DO REALIZADO)	
	7.099.451.188,81

Fonte: Sistema FINCON 2016.



Nesse sentido, vale o questionamento sobre a classificação da ação “Eventos e Projetos Esportivos para o Desenvolvimento do Esporte de Alto Rendimento” como Desporto Comunitário. Ora, se essa ação visa um grupo seletivo de pessoas, ela não deveria pertencer a essa subfunção,

Principais Regiões Beneficiadas:

Região (R\$ 1,00)
CORREDORES BRT (TransOlimpica, TransCarioca, TransOeste e TransBrasil)
6.328.613.448,26
ZONA OESTE (Parque Olímpico na Barra da Tijuca e Complexo Esportivo em Deodoro)
1.921.700.900,81
CENTRO/ZONA PORTUÁRIA (Construção do VLT e intervenções urbanas na Saúde e Gamboa)
1.528.796.151,79
ZONA NORTE (Obras no entorno do Maracanã)
108.059.951,75
NÃO LOCALIZADO GEOGRAFICAMENTE
305.546.021,76
TOTAL
10.192.716.474,37

Fonte: Prestação de Contas 2009 — 2015, Rio Transparente 2016 acessado em 29/06/2016, Sistema FINCON.

Valorização dos imóveis por m² (Jan/09 a Mai/16)	
RIO DE JANEIRO	254%
SAÚDE	444%
MARACANÃ	337%
GAMBOA	335%
BARRA DA TIJUCA	227%

Fonte: Índice Fipezap de Preços de Imóveis Anunciados.

Tabela 1:

Quadro de Medalhas do Brasil			
Evento	Colocação	Ouros	Total
Pan Santo Domingo 2003	4º lugar	29 medalhas	123 medalhas
Olimpíadas Atenas 2004	16º lugar	6 medalhas	16 medalhas
Pan Rio 2007	3º lugar	52 medalhas	157 medalhas
Olimpíadas Pequim 2008	23º lugar	3 medalhas	15 medalhas
Pan Guadalajara 2011	3º lugar	48 medalhas	133 medalhas
Olimpíadas Londres 2012	22º lugar	3 medalhas	17 medalhas
Pan Toronto 2015	3º lugar	42 medalhas	141 medalhas

Fonte: Sites oficiais das Olimpíadas e dos Jogos Pan-Americanos.

mas sim, à subfunção Desporto de Rendimento, visto que não atende à comunidade como um todo e se encontra diretamente relacionada aos eventos e aos atletas que se destacam.

Sediar megaevento faz ganhar medalha?

Uma ideia que se tinha desde antes da realização dos Jogos Pan-Americanos do Rio em 2007 era de que sediar megaeventos esportivos refletiria positivamente no desempenho dos atletas brasileiros, além de aumentar a prática esportiva. Historicamente essa tese não se sustenta. A Tabela 1 demonstra o desempenho brasileiro baseado no quadro de medalhas das últimas competições.

De fato, houve uma melhora considerável entre os Jogos Pan-Americanos de 2003 para os de 2007 realizados no Rio. Porém, esse resultado não refletiu no desempenho em termos mundiais quando olhamos para os resultados olímpicos subsequentes. Esta melhora serve, ainda, para corroborar a ideia de que cidades e paí-

ses que são sedes de grandes eventos esportivos possuem maiores incentivos para se destacarem nas competições que disputam, seja por conta de fatores externos, tais como clima conhecido, proximidade com a família e torcida, ou por uma preparação ainda mais dedicada pelo sonho de fazer a diferença em sua terra. Por outro lado, não há como mensurar com precisão se a prática esportiva no Rio aumentou ao longo desses anos, mas é nítida a diferença de gastos entre os programas de apoio ao esporte e os programas de infraestrutura para a realização desses grandes eventos.

Considerações Finais

A proposta com a presente matéria é a de levantar elementos que auxiliem na avaliação social, política, econômica, ambiental, urbanística e esportiva que deve ser feita, não somente da Rio 2016, mas da própria opção de intitular o Rio como “cidade global”, através da recepção de megaeventos esportivos. A seguir algumas percep-

ções ainda carentes de uma fundamentação mais precisa:

Em termos sociais, manutenção ou agravamento da desigualdade social;

Em termos políticos, manutenção do mesmo grupo no comando da cidade;

Em termos econômicos, forte elevação dos investimentos, sobretudo através do gasto público, porém, por endividamento;

Em termos ambientais, manutenção ou agravamento dos mesmos problemas;

Em termos urbanísticos, agravamento da diferenciação entre os bairros da infraestrutura urbana;

Em termos esportivos, não há dados sobre o aumento da prática esportiva e sem reflexos positivos no desempenho dos atletas brasileiros.

Enfim, pode-se afirmar que a aposta na cidade-negócio é um fracasso que será pago durante algumas gerações.

1 Prestação de Contas 2009-2015 e Controladoria Geral do Município – Rio Transparente.

2 As planilhas da APO podem ser encontradas em <http://www.apo.gov.br/index.php/matriz/atuizacao/>.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ (21- 2103-0121). Para mais informações acesse: www.facebook.com/FPO.Corecon.Rj
Coordenação: Luiz Mario Behnken, Pâmela Matos e Talita Araújo. Assistentes: Est. Ana Krishna Peixoto, Est. Bernardo Isidio e Est. Victoria de Castro.

Encontro de Economia da Região Sudeste acontece em Vitória

O 6º Encontro de Economia da Região Sudeste de 2016, que reunirá economistas dos quatro estados da região em Vitória, capital do Espírito Santo, em 11 e 12 de agosto, discutirá propostas para a superação da crise econômica no país. No primeiro dia, acontecerão os painéis “Agenda para o Brasil sair da Crise”, “Balanço das Políticas Desenvolvimentistas” e “Endividamento Público, Financeirização e Desindustrialização”, além da cerimônia de celebração do Dia do Economista. O segundo dia contará com os painéis “Reforma da Previdência Social”, “Produtividade, Competitividade e o Comércio Exterior” e “Qualidade do Gasto Público e Reforma Tributária”

Agenda de cursos 2016

Planejamento Econômico Avançado

1/8/2016 a 17/8/2016
18h45 às 21h45
Segundas e quintas (1 a 15/8); terça 16/8 e quarta 17/8
Carga horária: 21 horas
Thiago Moraes

Matemática Financeira com HP 12C e Excel

10/8/2016 a 26/10/2016
18h30 às 21h30
Quartas - Carga horária: 30 horas
Raul Murilo Chaves Curvo

Introdução à Economia Política em Smith, Ricardo e Marx – Módulo I

23/8/2016 a 22/11/2016
18h45 às 21h45
Terças - Carga horária: 39 horas
Marco Antonio M. Coutinho

Os Cenários Econômicos e os Impactos na Estratégia de Negócios

29/9/2016 a 27/10/2016
18h30 às 21h30
Quintas - Carga horária: 15 horas
João Teixeira de Azevedo Neto

Introdução à Economia Política em Smith, Ricardo e Marx – Módulo I

24/11/2017 a 25/4/2017
18h45 às 21h45
Terças - Carga horária: 39 horas
Marco Antonio M. Coutinho

Atualização em Economia: preparatório para o exame da Anpec

6/2/2017 a set/2017 - Carga horária: 520 horas
Microeconomia: Jorge Cláudio Cavalcante de Oliveira Lima
Macroeconomia: Victor Pina Dias e Thiago de Moraes Moreira
Economia Brasileira: Gilberto dos Santos Carvalho
Estatística: Jorge Cerqueira, Jesús Domech Moré e Felipe de Oliveira
Matemática: André Gaglianone, Gilberto Gil e Jorge Luís Cerqueira

Perícia Econômica

30/5/2017 a 31/10/2017
18h30 às 21h30
Terças - Carga horária: 69 horas
Roque Licks

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO (EM R\$)			REFERÊNCIAS		
REFERÊNCIAS	ATÉ JUN/15	ATÉ JUN/16	REFERÊNCIAS	ATÉ JUN/15	ATÉ JUN/16
ATIVO FINANCEIRO	7.798.262,30	8.165.089,04	PASSIVO FINANCEIRO	121.973,57	96.000,48
DISPONÍVEL	171.251,51	61.763,47	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	10.757,23	-
DISPONÍVEL VINCULADO A C/C BANCARIA	7.544.190,71	8.001.435,68	CONSIGNAÇÕES	9.217,50	11.564,04
REALIZÁVEL	43.356,75	61.361,95	CREDORES DA ENTIDADE	7.937,65	10.668,44
RESULTADO PENDENTE	39.463,33	40.527,94	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	94.061,19	73.768,00
ATIVO PERMANENTE	18.767.978,78	18.036.788,40	RESULTADO PENDENTE	323.863,17	297.282,97
BENS PATRIMONIAIS	1.654.656,66	1.697.934,91	DESPESAS DE DE PESSOAL A PAGAR	323.863,17	297.282,97
VALORES	45.711,33	60.745,46	PATRIMÔNIO(ATIVO REAL LÍQUIDO)	26.120.404,34	25.808.593,99
CRÉDITOS	17.067.610,79	16.278.108,03			
TOTAL GERAL	26.566.241,08	26.201.877,44	TOTAL GERAL	26.566.241,08	26.201.877,44

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS

REFERÊNCIAS	PERÍODO EM REAIS		REFERÊNCIAS	VARIÇÕES	
	ABRIL A JUN/15	ABRIL A JUN/16		(EM R\$)	(EM %)
RECEITAS			RECEITAS		
ANUIDADES	319.058,25	459.374,08	ANUIDADES	140.315,83	44,0
PATRIMONIAL	156.103,34	117.662,78	PATRIMONIAL	(38.440,56)	-24,6
SERVIÇOS	17.700,42	28.494,88	SERVIÇOS	10.794,46	61,0
MULTAS E JUROS DE MORA	5.857,48	2.689,85	MULTAS E JUROS DE MORA	(3.167,63)	-
DÍVIDA ATIVA	99.797,57	96.769,19	DÍVIDA ATIVA	(3.028,38)	-3,0
DIVERSAS	66.353,64	129.835,69	DIVERSAS	63.482,05	95,7
TOTAL GERAL	664.870,70	834.826,47	TOTAL GERAL	169.955,77	25,6
DESPESAS			DESPESAS		
DE CUSTEIO	989.303,72	1.141.292,16	DE CUSTEIO	151.988,44	15,4
PESSOAL	614.328,63	731.080,15	PESSOAL	116.751,52	19,0
MATERIAL DE CONSUMO	9.809,60	19.402,33	MATERIAL DE CONSUMO	9.592,73	97,8
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	365.165,49	390.809,68	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	25.644,19	7,0
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	101.251,11	139.524,82	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	38.273,71	37,8
DESPESAS DE CAPITAL	8.305,38	11.142,34	DESPESAS DE CAPITAL	2.836,96	34,2
TOTAL GERAL	1.098.860,21	1.291.959,32	TOTAL GERAL	193.099,11	17,6
RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	(433.989,51)	(457.132,85)	RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	(23.143,34)	5,3